

PANORAMA DAS PUBLICAÇÕES EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS ACERCA DA REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA ENTRE 2001 E 2022

Camila Soares Lopes (UEM), Maria Lucia Boarini (Orientadora). E-mail:
camila.lopes0516@gmail.com / mlboarini@uol.com.br.
Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Psicologia /Psicologia Social.

Palavras-chave: Reforma Psiquiátrica Brasileira; Luta Antimanicomial; Saúde Mental, Transtorno Mental, Hospital Psiquiátrico.

RESUMO

A presente pesquisa é de caráter bibliográfico e foi construída partindo da hipótese de que o número de publicações em periódicos científicos acerca da reforma psiquiátrica brasileira vem decaindo ultimamente. Diante disso, o objetivo desta pesquisa foi traçar um panorama dessas publicações sobre a temática da reforma psiquiátrica, no Brasil, no período de 2001 a 2022. A discussão sobre esta temática se faz importante visto que o movimento antimanicomial é dinâmico e as conquistas e avanços obtidos não são eternos. As bases de dados utilizadas para a seleção dos materiais foram a Scielo, CAPES Periódicos e a Biblioteca Virtual em Saúde. Como conclusão, foi possível constatar, de certa forma, a nossa hipótese de que vem ocorrendo, ultimamente, uma redução no número de produções que abordaram a temática da Reforma Psiquiátrica no Brasil, o que sugere a necessidade de aprofundar esta investigação afim de compreender de forma ainda mais acentuada esta temática.

INTRODUÇÃO

As primeiras manifestações relacionadas à luta antimanicomial aconteceram no Brasil em meados de 1980 cujo objetivo era o fim da estrutura hospitalocêntrica e institucional (modelo de cuidado centrado no hospital psiquiátrico, na medicalização e no isolamento do indivíduo) vivida pelos indivíduos em sofrimento psíquico grave. Amarante (1998) mostra que o modelo psiquiátrico clássico transforma loucura em doença, criando um hiato entre o louco e o espaço social. "O manicômio concretiza a metáfora da exclusão, que a modernidade produz na relação com a diferença" (p.48). Nesse sentido, foi promulgada, no Brasil, a Lei n.

10.216/2001, reconhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica, “a qual dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental” (Brasil, 2001, p. 2). Regimento este que determina a substituição progressiva dos leitos psiquiátricos por uma rede de cuidados e em liberdade. Pela primeira vez, constitucionalmente, os direitos dos indivíduos em sofrimento psíquico grave são defendidos

Segundo o Ministério da Saúde (2005), o processo da reforma psiquiátrica brasileira é maior do que simples sanções de novas leis e normas. “É um processo político e social complexo, composto de atores, instituições e forças de diferentes origens, e que incide em territórios diversos, (...) nas associações de pessoas com transtornos mentais e de seus familiares, nos movimentos sociais, e nos territórios do imaginário social e da opinião pública” (p. 6).

Entretanto, apesar de muitas conquistas, o caminho do movimento antimanicomial sofreu (e ainda sofre) diversos ataques e entraves para a efetivação do novo sistema de saúde proposto. Dados fornecidos pelo Ministério da Saúde mostram que o incremento anual dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) vem diminuindo de forma expressiva desde 2016, além de mudanças legislativas, como a Proposta de Emenda Constitucional nº 95/2016, que congelou a verba destinada à seguridade social por 20 anos.

Diante dessa situação, reforça-se a hipótese de que o número de produções acerca da reforma psiquiátrica brasileira vem decaindo no período estabelecido neste estudo. Assim se faz relevante a presente pesquisa cujo objetivo é: traçar um panorama das publicações em periódicos científicos sobre a temática da reforma psiquiátrica, no Brasil, no período de 2001 a 2022.

MATERIAIS E MÉTODOS

O período de análise da pesquisa foi dividido em 2 fases: de 2001 a 2010 e de 2011 a 2022. A escolha dessas datas se dá uma vez que em 2001 foi promulgada a Lei 10.216, e em 2010 ocorreu IV Conferência Nacional de Saúde Mental e, por fim, 2022 foi definido como data limite da pesquisa. Foram usadas três plataformas para a coleta de dados, Scielo, CAPES Periódicos e a Biblioteca Virtual em Saúde. E os descritores utilizados foram Reforma Psiquiátrica Brasileira, Luta Antimanicomial, Saúde Mental, Contrarreforma, Transtorno Mental, Álcool e

Drogas, Hospital Psiquiátrico. Primeiramente, foi feita a seleção dos textos, encontrados a partir da leitura dos resumos. Durante esta etapa os textos resultantes da pesquisa com os descritores selecionados que não se relacionavam a temática da Reforma Psiquiátrica Brasileira foram descartados. Após esta etapa, as informações obtidas foram submetidas a um tratamento estatístico simples, apresentadas por meio de tabelas e gráficos contemplando: título, data de publicação, descritor, palavras-chave do texto, autor(es), formação e ocupação do autor, título do periódico, área de estudo do periódico, unidade federativa da publicação e do desenvolvimento da pesquisa, região da publicação e do desenvolvimento da pesquisa e qualis da publicação.

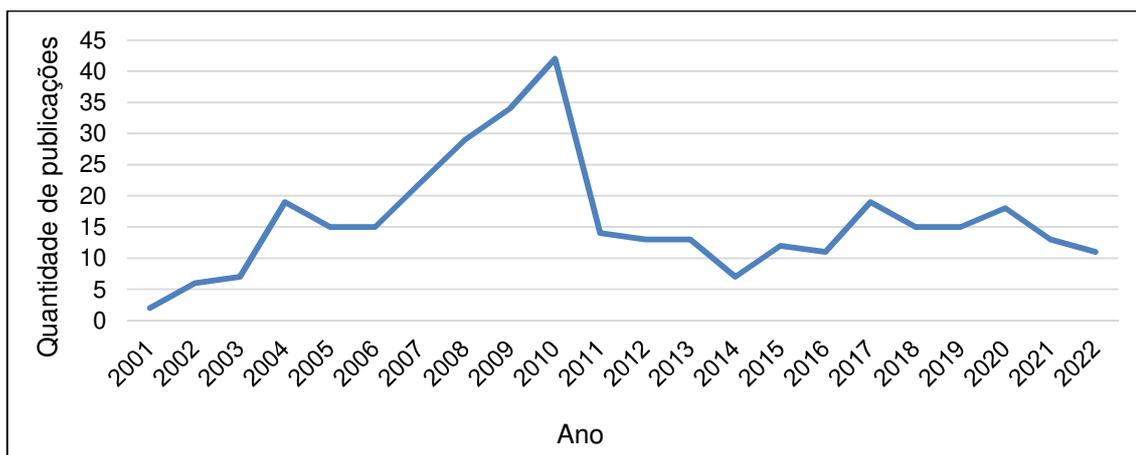
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Constatou-se também que a principal área de estudo, dentre os periódicos analisados, foi ciências da saúde (representando 62% na primeira fase e 56% na segunda); em seguida, a segunda área de estudo mais representada foi a de ciências humanas (representando 35% na primeira fase e 37% na segunda). Por último, a área de estudo menos representada foi a de ciências sociais aplicadas (representando 3% na primeira e na segunda fase). O fato de a Ciência da saúde ser a principal área de estudo dentre os periódicos analisados indica que a reforma psiquiátrica é entendida, majoritariamente, como uma questão de saúde, o que é questionável.

Foi possível observar também que o maior número de publicações e desenvolvimento de pesquisa destaca-se a região sudeste, tanto na primeira como na segunda fase. Esse cenário se dá em razão da região sudeste ser historicamente um polo significativo de instituições de ensino superior e desenvolvimento pesquisas, o que vem se alternando nas últimas décadas. Outro ponto a destacar, dentre outros, é que a docência é a principal ocupação dos autores. Isso ocorre graças à produção científica acontecer, majoritariamente, dentro das universidades.

Dentre os dados obtidos, verificou-se uma diminuição no número de publicações em periódicos científicos acerca da reforma psiquiátrica no Brasil. De 2001 a 2010, foram encontrados 191 textos; já de 2011 a 2022 foram encontrados 161 textos. O gráfico abaixo ilustra essa diminuição:

Gráfico 01 – Ano de publicação



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

CONCLUSÕES

Evidencia-se, portanto, a diminuição no número de textos publicados em periódicos científicos os quais abarcam a temática da reforma psiquiátrica ultimamente. Além disso, é importante destacar que a reforma psiquiátrica é um movimento social e, desta forma, deve abarcar além dos muros das universidades, para desta forma não perder as dimensões da luta antimanicomial que o Amarante (1998) faz (teórico-conceitual, jurídico-política, técnico-assistencial e sociocultural).

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo (Ed.). **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Scielo-Editora FIOCRUZ, 1998.

BRASIL. **Lei Nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DF, 2001.

33° Encontro Anual de Iniciação Científica
13° Encontro Anual de Iniciação Científica Júnior



10 e 11 de Outubro de 2024

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil.** Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. Brasília, 2005.

